■ Nº 103 ■ NOV./2011

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

2º Congresso da JPT: A hora da Juventude

Pp. 9 A 11

Comissão da Verdade, distante do necessário

Pp. 3 e 4

Certo ou errado: o Mercado é sexista

Pp. 4 e 5

Ucrânia e Brasil: acordo muito problemático

P. 5

O mês de novembro promete. Na Europa, reúne-se o G20, com as potências hegemônicas insistindo em medidas de ajuste fiscal para combater a crise. No curto prazo, fazem o povo sofrer. No médio prazo, colocam obstáculos para a continuidade do próprio capitalismo neoliberal, como Keynes percebia e como a presidenta Dilma Roussef fez questão de lembrar, por diversas vezes, nas últimas semanas.

A Grécia é um dos nervos expostos da crise. Ali surgiu a democracia, mesmo que de/para homens senhores de escravos. Talvez por isso torne-se ainda mais aberrante o desconforto da direita européia, com o fato do governo grego ter ameaçado a convoção de um referendo para decidir sobre o ajuste. O desconforto tem sua explicação: sempre seria possível acontecer o que ocorreu na Islândia.

O primeiro-ministro grego é socialista. Daquele tipo de "socialista" que abandonou o "capitalismo com bem estar social" em favor de políticas neoliberais, exatamente num momento histórico em que se faz necessário aproveitar a crise para construir caminhos para transitar em direção a uma sociedade sem explorados, nem exploradores.

A direita está radicalizando. O ataque contra a Líbia, que foi apoiado por setores da esquerda européia em nome de "razões humanitárias", é parte de uma escalada mais geral que inclui Síria e Irã. As eleições presidenciais estadounidenses, que vão ocorrer em 2012, prometem ser um grande halloween , com democratas e republicanos desfilando suas virtudes cowboy.

A direita radicaliza também no Brasil, se movimentando em pelo menos três direções.

Primeiro, mantém viva a pauta da corrupção. Como uma doença auto-imune, esta pauta só ameaçará a governabilidade num contexto de crise econômica. A questão é que o agravamento da crise internacional pode resultar nisto. Motivo pelo qual espera-se do governo que seja muito mais rápido e radical naquilo que está a seu alcance, como o controle de câmbio e a taxa de juros, que precisa cair muito mais e muito mais rápido.

Aliás, registre-se: concordamos totalmente com o ex-tucano Bresser Pereira, para quem o Banco Central é um banco público e, portanto, deve agir como tal. E não como síndico dos interesses da banca privada, como fez ao longo da gestão Meirelles.

Em segundo lugar, a direita prepara 2014. Desmentindo os que fizeram discursos triunfalistas em 2010, avança a passos largos a articulação em favor de uma forte candidatura tucana em 2014. Com um discurso e um programa neoliberal, aproveitando e estimulando as divergências no bloco governista.

E, em terceiro lugar, alimentando o ódio de classe. Falemos claro: setores da direita comemoraram o fato de Lula estar com câncer. Comentando isto, o jornalista Luís Nassif argumentou que esta gente opera contra seus próprios interesses, pois afinal o comportamento político de Lula teria sido decisivo para garantir soluções conciliatórias para os grandes conflitos nacionais.

Nassif está certo e errado ao mesmo tempo. De fato, a política adotada pela esquerda para enfrentar a crise do neoliberalismo tem mesmo sido extremamente conciliatória. Mas há um setor da direita que não dá a menor pelota para isto. Para este setor, qualquer concessão, qualquer melhoria, qualquer reforma em prol dos de baixo, vai contra a ordem natural das coisas. Para esta gente, a diferença entre Lênin e Lula é que o segundo seria pior, pois tenta enganá-los.

Este é o ambiente do mês de novembro. Crise internacional, luta social e conflitos militares lá fora. Disputas importantes na América Latina, algumas vencidas por nós (Argentina e Nicarágua), outras pela direita (Colômbia e Guatemala). E temperatura crescente no Brasil.

Neste contexto, *Página 13* se soma aos que almejam um rápido reestabelecimento do companheiro Lula. E, também, aos que alertam para a necessidade de nos prepararmos para embates cada vez mais duros. Para os quais não ajuda em nada atitudes como a adotada pelo governo, na chamada Comissão da Verdade. Nos tempos que já chegaram, precisaremos mais e mais de forças armadas sintonizadas com o povo, com espírito democrático e submetidos ao governo civil. E isto não se faz passando a mão na cabeça de quem fez o que fez, durante a ditadura militar.★

CAMPANHA DE FINANÇAS

Passagens para Cuba

Começa agora e vai até 10 de fevereiro de 2012 a campanha de finanças, que consiste na **venda de rifas** cujo prêmio consiste em duas passagens de ida e volta a Cuba.

O valor unitário do número será R$ 10,00 (dez reais).

A distribuição do valor arrecadado se dará na seguinte forma:

a) as direções estaduais poderão ficar com um percentual de 10% da venda no estado;

b) o estado que atingir a meta estabelecida pela DNAE ficará com 30% da venda no estado;

c) de todo o montante vendido acima da meta, 50% ficará com as direções estaduais (ou seja a cada número vendido acima da cota, o estado ficará com 5,00);

d) o prêmio será sorteado através da loteria federal no dia 21 de abril.

Maiores informações com Damarci Olivi, tesoureira nacional, no email damarciolivi@yahoo.com.br.

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Ana Affonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), José Gilderlei (RN), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Jairo Rocha (MT), Joel Almeida (SE), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (MTB 28961) **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Valquer edmawalker@gmail.com
Endereço para correspondência: R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Pacto com chefes militares ainda prevalece

*Pedro Estevam da Rocha Pomar**

Comissão da Verdade nasce fraca e limitada e tende a encontrar muitos obstáculos ao investigar os crimes da Ditadura Militar e seus autores

O Senado Federal aprovou no dia 26 de outubro, em regime de urgência, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 88/2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade. A votação em plenário realizou-se no mesmo ritmo de "trator" que o governo adotou na Câmara dos Deputados, onde o projeto foi aprovado em 21 de setembro, com emendas apenas do DEM, do PSDB e do PPS.

Também no Senado, onde o projeto tramitou apenas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir a plenário, o governo não se dispôs a acatar quaisquer das emendas propostas pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos.

O resultado de toda a intransigência do governo é um só: uma Comissão da Verdade que já nasce fraca, sem autonomia para investigar, com curto prazo de vida (dois anos, sem prorrogação) e formalmente obrigada a apurar 42 anos de violações (de 1946 a 1988). E também impedida, na letra da lei, de remeter ao Ministério Público Federal os resultados de seus trabalhos, para que os torturadores militares e civis a serviço da Ditadura pudessem ser processados e punidos com base nos trabalhos da Comissão.

É alto o risco, portanto, de que a Comissão da Verdade, formatada nestes moldes, seja usada mais para acobertar os crimes da Ditadura do que para acrescentar algo novo ao que já se sabe. Mais para dar uma satisfação à Corte Interamericana de Direitos Humanos (que condenou o Brasil a localizar os corpos dos guerrilheiros executados no Araguaia e a punir os militares responsáveis pelas atrocidades cometidas) do que para fazer justiça.

Aliás, a comissão nasce mutilada até em sua denominação original, de "Comissão da Verdade e da Justiça". A expressão "e da Justiça" foi retirada por pressão dos altos comandos das Forças Armadas, após a divulgação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). O PL 7.376/2010, encaminhado à Câmara dos Deputados pelo presidente Lula (e que no Senado seria convertido em PLC 88/2011), foi um dos frutos amargos da capitulação de Lula diante do então ministro Nelson Jobim, da Defesa, e dos comandantes militares. O texto do projeto atendeu a todas as exigências da cúpula das FFAA, como se estivéssemos ainda sob a tutela dos generais.

Audiência Pública sobre a Comissão da Verdade na CDH do Senado. Na foto acima, Suzana Keniger Lisboa, Aton Fon Filho, Paulo Paim (PT-RS), Yara Xavier Pereira e deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP). Na foto abaixo, na primeira fila, João Vicente Goulart, senador Pedro Taques (PDT-MT), Gilney Viana e senadora Ana Rita (PT-ES), ao microfone. Fotos: Agência Senado

Militares na Comissão?!?

A dureza com que os familiares das vítimas, os ex-presos políticos e demais movimentos sociais foram tratados até agora pelo governo demonstra a disposição da presidenta Dilma Rousseff de manter o acordo pactuado com os chefes militares. O ex-deputado José Genoíno, ex-guerrilheiro do Araguaia, hoje assessor da Defesa, e que vem exercendo o triste papel de emissário dos altos comandos, chegou a pressionar o senador Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, para que cancelasse uma audiência pública sobre o assunto, convocada para 18 de outubro. Posteriormente, Genoíno defendeu a participação de militares na Comissão da Verdade — possibilidade prevista no projeto e duramente criticada por familiares, OAB e senadores.

Hoje, as escassas esperanças de uma Comissão da Verdade minimamente atuante estão depositadas nas indicações de nomes que vierem a ser feitas pela presidenta da República (que, procurada em junho pelos familiares e grupos de direitos humanos para discutir o projeto de lei, não os atendeu até este momento). O setor majoritário do PT vem apostando suas fichas na composição da comissão, que por si só daria conta de sanar os problemas do projeto. Mas, até agora, não há sequer sinalização de que será montada uma Comissão da Verdade digna desse nome.

O projeto não assegura a presença de familiares dos mortos e desaparecidos políticos, nem de ativistas de direitos humanos; e uma

emenda do DEM, acatada pelo governo na Câmara dos Deputados, impede que sejam designados aqueles que "não tenham condição de atuar com imparcialidade", o que reduz o estoque de outros bons nomes à disposição.

É sintomático que os ministros Maria do Rosário (Direitos Humanos) e José Eduardo Cardozo (Justiça), ambos convidados pela CDH do Senado, tenham se recusado a comparecer à audiência pública (nem representantes enviaram); e que o senador Aloysio Nunes, tucano convidado pelo governo a relatar o projeto, também tenha feito questão de não aparecer, esquivando-se de debater o projeto com os maiores interessados.

Vinte e quatro horas depois, esse ex-guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional (ALN) apresentaria na CCJ seu relatório sobre o PLC 88/2011, dando total anuência ao texto do governo (exceto por duas emendas de redação) e ignorando as sete propostas de emendas aprovadas na véspera, por unanimidade, pelos participantes da audiência pública da CDH.

Audiência pública

Além de dar voz aos representantes dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, a audiência pública da CDH revelou críticas contundentes de senadores às distorções do projeto: Ana Rita (PT-ES), Pedro Taques (PDT-MT), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Lídice da Mata (PSB-BA). Também mostrou que a Ordem dos Advogados do Brasil, representada por seu secretário-geral Marcus Vinicius Coelho, simpatizava com o projeto, mas advertiu: "Iremos denunciar publicamente se essa Comissão da Verdade vier para ser um faz-de-conta".

Do ponto de vista simbólico, foi significativo que a idéia da reconciliação nacional, presente na lei prestes a ser sancionada pela presidenta, e defendida por porta-vozes do governo, tenha sido rechaçada na audiência pública de 18/10. "A verdade histórica vai servir só para fins acadêmicos? O Ministério Público não terá o direito de investigar o que aconteceu?", questionou Taques, ecoando os protestos dos familiares. "É preciso punir aqueles que foram responsáveis por crimes da Ditadura. Não é uma comissão de historiadores", disse, na mesma linha, Lídice da Mata.

"É inadmissível aprovar um projeto que não vai apurar o que aconteceu na Ditadura Militar", declarou Ana Rita. "A expressão reconciliação nacional busca desvirtuar o verdadeiro sentido de uma comissão dessa natureza, que não é para reconciliar algozes e vítimas", sustentou Randolfe.

Desgraçadamente, porém, nenhum senador pediu vista do projeto na CCJ. E no plenário, embora alguns senadores tenham manifestado objeções a aspectos do texto, nenhuma emenda foi apresentada. Patético.★

***Pedro Estevam da Rocha Pomar** é jornalista e militante do PT

Publicidade: o que é certo e errado?

Contrariando decisões anteriores, o Conselho de Ética do Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) arquivou, no dia 13, a representação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que pedia a suspensão do anúncio de TV "Gisele Bündchen - Hope Ensina", protagonizada pela modelo Gisele Bundchen.

O anúncio estimula as mulheres a fazerem exposição do corpo e insinuações sensuais para amenizar possíveis reações de seus companheiros frente a incidentes do cotidiano. A propaganda promove o reforço dos estereótipos equivocado da mulher como mero objeto sexual de seu marido e ignora os grandes avanços que temos alcançado para desconstruir práticas e pensamentos sexistas.

A decisão da SPM, do dia 26 de setembro, de pedir ao Conar, a suspensão, atendendo a denúncias encaminhadas à Ouvidoria da Secretaria, provocou polêmica e desnaturalizou, mesmo que por pouco tempo, a utilização de recursos machistas, sexistas e do uso de violência simbólica contra as mulheres pela publicidade para vender produtos. Em meio à polêmica, a Ministra das Mulheres, Iriny Lopes foi o principal alvo dos defensores desse tipo de publicidade. Tratada de forma desrespeitosa e grotesca pelos jornais e TVs, o principal ataque foi acusá-la de estar usando de censura à publicidade e à mídia.

A reação da mídia à decisão da SPM trouxe à tona um comportamento comum desses veículos, não somente em relação aos conteúdos da publicidade, mas nos programas de TV e rádio, muitos deles veiculados em horários impróprios para crianças e jovens: a naturalização do uso da violência simbólica contra a mulher, a perpetuação de estereótipos machistas e sexistas, a vulgarização da sexualidade e o uso do corpo da mulher como recurso da propaganda. Comportamento que não só ofende as mulheres e seus direitos, mas desrespeita também o próprio código de ética do Conar, a Constituição Brasileira, os direitos humanos e as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário que combatem tal tratamento em relação às mulheres.

Decisão do Conar

Não foi a primeira vez que a Ouvidoria da SPM recebeu denúncias referentes à publicidade discriminatória e as encaminhou ao Conar. Em mais de uma ocasião, o Conselho de Ética do Conar decidiu pedir aos responsáveis a suspensão da veiculação da peça.

Em fevereiro do ano passado (30/03/2010) o Conar acatou por unanimidade a representação da Ouvidoria da SPM e suspendeu a propaganda publicitária de cerveja "Devassa", que explorava a imagem das mulheres de maneira estereotipada e sexista. A decisão se baseou no previsto no Código de autorregulamentação: "eventuais apelos à sensualidade não constituirão o principal conteúdo da mensagem; modelos publicitários jamais serão tratados como objeto sexual". O mesmo argumento não valeu para o caso Gisele/Hope – o Conar optou, por unanimidade, arquivar a representação da SPM, alegando que os mesmos estereótipos "presentes na campanha são comuns à sociedade e facilmente identificados por ela, não desmerecendo a condição feminina".

O papel da Ouvidoria da SPM

Um dos papéis da Ouvidoria da SPM, estabelecido no Capítulo 8 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, é justamente o combate aos estereótipos sexistas, machistas e discriminatórios em relação às mulheres. Nos seus oito anos de existência, a Ouvidoria recebeu centenas de denuncias, não somente contra a publicidade sexista, mas de incitamento à violência sexual, no caso do humorista Rafinha Bastos, de casos de cárceres privado a trabalho escravo, passando por uso de recursos sexistas em trotes universitários e incitamento à prostituição. Em todos os casos, verificando o seu fundamento jurídico, a SPM tem encaminhado representações aos ministérios públicos locais e aos órgãos responsáveis.

O caso do anuncio com a modelo Gisele Bündchen, que como os outros também infringe o Código de Ética do Conar, foi arquivado. O artigo 19 do Código estabelece que "toda a atividade publicitária deve caracterizar-se pelo respeito à dignidade da pessoa humana", lembrou Ana Paula Schwelm Gonçalves, ouvidora da SPM. Segundo ela, o princípio da respeitabilidade afirma que nenhum anúncio

deve favorecer ou estimular qualquer espécie de discriminação racial, incluindo a discriminação sexual. A ouvidora acrescentou ainda que "a falta de responsabilidade social (da peça publicitária) se mostra mais nítida, no que tange ao desrespeito para com as mulheres, quando as reduz a meros objetos de satisfação sexual. Por outro lado, a respeitabilidade também é ferida ao reduzir a mulher a um objeto de sedução", argumentou a ouvidora.

Polêmica positiva

A SPM considera que a polêmica em torno do caso foi positiva, pois trouxe à tona o uso da violência simbólica contra as mulheres, vista como natural na publicidade. Para a ministra Iriny Lopes, a representação ao Conar para a suspensão do anuncio "não é censura ou impedimento à livre expressão e criação. Mas de fazer respeitar os direitos das mulheres (arts. 1° e 5° da Constituição Federal), e também fazer valer as medidas preventivas apresentadas no art. 8°, alínea "g" da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ratificada pelo Brasil.

Para Iriny Lopes, o uso des estereótipos na publicidade reforça valores sexistas e discriminatórios e, por se tratar de violência simbólica, naturaliza também o uso da violência contra as mulheres no cotidiano. Combater esse tipo de recurso, já superado em outros países é não somente respeitar as mulheres, mas respeitar também a lei. E, mas do que isso, contribuir para construção de novas relações de gênero em que os estereótipos que perpetuam a opressão das mulheres e a violência sejam abolidos. E esse não é somente um desafio criativo para a publicidade, ao abolir o uso dos estereótipos sexistas, machistas e discriminatórios das mulheres brasileiras para vender produtos, mas um desafio para a construção de novos valores e nesse sentido, a publicidade pode contribuir enormemente, ressaltou a ministra.

Repercussão

Enquanto artigos e matérias opinativas desciam em enxurrada ao encontro do senso comum da mídia em defesa do preconceito e violência simbólica contra as mulheres, justificando a peça publicitária, alegando o "direito à livre expressão" – como licença para desrespeitar direitos, leis e convenções internacionais, a mídia internacional repercutia o caso de forma positiva. Jornais como *The Guardian* relacionaram a publicidade brasileira (citando o caso Hope/Gisele) com o alto índice de violência contra as mulheres no país e mencionava a atuação da SPM como resultado dos avanços das conquistas das mulheres brasileiras, citando a eleição da Presidenta Dilma Rousseff.

A rede de Bloqueiras Feministas, que congrega centenas de ativistas feministas virtuais, também abriu o debate sobre a publicidade nas redes sociais. Pesquisadores, promotores, analistas e articulistas escreveram artigos refletindo sobre o caso e defendendo a importância do debater o papel da mídia e da publicidade como reprodutoras das descriminações de gênero, tendo o caso hope/Gisele como exemplo.

Todas as Conferências Estaduais de Mulheres realizadas até o fechamento desta edição aprovaram moção e apoio à decisão da SPM, movimentos feministas, movimentos sociais e de mulheres especialmente, centrais sindicais como a CUT se manifestaram em apoio à decisão da SPM.

Mas a quem interessa manter a propaganda da hope/Gisele no ar?

Gisele Bundchen é a modelo mais bem paga atualmente. Sua imagem vale milhões de dólares cada vez que ela é associada a uma marca. Estas, por sua vez, têm na imagem de Gisele um "valor" agregado aos seus produtos.

Retirar a publicidade em que a modelo é protagonista significa retirar o valor agregado que ela representa para essas marcas, ou ao menos diminuiria esse valor. E a retirada do ar da publicidade retira também o filão das agencias e TVs que lucram com esse tipo de publicidade. O Conar, ao arquivar a representação, contrariando seu próprio conselho de ética, dá licença para a publicidade continuar a reproduzir os estereótipos discriminatórios, sexistas, machistas, que praticam a violência simbólica e, consequentemente perpetuando a naturalização da violência contra as mulheres no cotidiano como afirmação dos valores machistas. E com isso lucrar disseminando e praticando a violência simbólica contra as mulheres. ★

DESENVOLVIMENTO

Santa inocência!

*Gino Genaro**

No último dia 13 de outubro o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, nomeou o Brigadeiro Reginaldo dos Santos, ex-diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), também subordinado ao DCTA, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Alcantara Cyclone Space (ACS), empresa estatal Brasil-Ucraniana que pretende explorar lançamentos comerciais de satélites a partir do centro de lançamento de Alcântara, no Maranhão, utilizando como veículo lançador o foguete ucraniano Cyclone-4. Com isto o governo tenta uma aproximação entre a ACS e o DCTA.

A crítica feita por muitos servidores do DCTA e Inpe à ACS se justifica. Esta estatal foi criada em agosto de 2006 com base em um acordo de salvaguardas tecnológicas assinado em 2002 entre Brasil e Ucrânia. Este acordo é especialmente draconiano em termos de obrigações ao Estado brasileiro, lembrando muito o acordo que se tentou assinar à época do governo FHC e que foi bastante criticado, onde se colocava em xeque até mesmo aspectos da soberania nacional.

Na prática, este acordo foi pensado com o objetivo de se impedir qualquer possibilidade de "vazamento" de tecnologia da Ucrânia para o Brasil prevendo, dentre outras coisas, o direito de se transportar contêineres lacrados da Ucrânia para o Brasil sem que as autoridades brasileiras inspecionem seu conteúdo, mesmo na base de lançamento, o total controle do acesso à base de lançamento por parte das autoridades ucranianas, os técnicos brasileiros somente poderão se deslocar na área reservada às atividades de lançamento se acompanhados todo o tempo por representantes do Governo ucraniano.

Apesar do acordo de salvaguardas tecnológicas ter como único objetivo impedir a transferência de tecnologia entre os países "parceiros", o portal da ACS na internet ainda afirma que "a transferência de tecnologia ucraniana é a vantagem para o Brasil do acordo de trabalho conjunto", sendo a transferência de tecnologia "compromisso ucraniano repetidas vezes afirmado por autoridades do mais alto nível". Santa inocência!

Se já não fosse o suficiente, a ACS ainda está drenando os parcos recursos do Programa Espacial Brasileiro. Só para se ter uma ideia, do total de R$327,7 milhões previstos para todas as atividades do programa espacial no ano de 2011, o governo irá investir só na ACS um total de R$161 milhões, a título de capitalização da empresa. Por outro lado, deverá investir pouco mais de R$16 milhões no foguete nacional VLS (Veículo Lançador de Satélites) em desenvolvimento no DCTA. Afinal, o que é mais importante: investir no desenvolvimento de nosso próprio foguete ou injetar milhões de reais em uma base para lançamento de um foguete estrangeiro com objetivos puramente comerciais? ★

***Gino Genaro** é servidor do Inpe e diretor do SindCT (Sindicato nacional da área de C&T no setor aeroespacial)

PARLA!

Uma nova legislação para as agroindústrias familiares

*Edegar Pretto**

As políticas públicas influem diretamente na transformação do espaço rural. Baseado nesse pensamento, apresentamos na Assembleia Legislativa o primeiro Projeto de Lei do nosso mandato, a criação do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte, o SUSAF-RS. O projeto foi aprovado no dia 18 de outubro e atende apelo dos movimentos sociais organizados do campo e da cidade. Com a proposta, além da valorização do trabalho dos pequenos produtores, queremos abrir um novo debate acerca da importância da atividade das agroindústrias familiares para a economia do estado. Com a iniciativa, as agroindústrias familiares terão uma legislação própria e pioneira no estado e no país.

A proposta do nosso trabalho foi baseada numa alternativa econômica para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável que passa pela geração de renda, condições para produção e inclusão social. O SUSAF-RS inova ao organizar em um único sistema as atividades das agroindústrias familiares. Assim, o Estado pode fazer algo que julgamos fundamental para o setor, que é diferenciar os grandes dos pequenos e desenvolver políticas públicas de amparo para quem de fato precisa.

Sabemos que os consumidores têm preferência especial pelos produtos da agricultura familiar. Por isso, propomos também que as agroindústrias familiares, já com a adesão ao SUSAF-RS, tenham um selo de certificação de qualidade e sabor. Isto dará ao consumidor a oportunidade de identificar no supermercado o produto originado dos pequenos produtores, inspecionado e de acordo com a legislação.

Conforme dados do IBGE, existem mais de oito mil agroindústrias familiares no Rio Grande do Sul. Destas, pouco mais de 500 possuem inspeção sanitária em dia. Portanto, todos nós somos responsáveis pelo funcionamento do SUSAF-RS: as agroindústrias devem estar estruturadas e os governos municipais em dia com a implantação do Serviços de Inspeção Municipal (SIM).

Hoje, infelizmente, quem produz a riqueza no campo não fica com ela. Queremos que os homens e as mulheres do interior do nosso Rio Grande fiquem com a riqueza daquilo que produzem. Estamos nessa luta em nome da consolidação da agricultura familiar e da busca de políticas diferenciadas para quem investe na produção de alimentos.★

***Edegar Pretto** é deputado estadual (PT-RS)

SINDICAL

Nos primeiros quinze minutos

*Aldoir Kraemer**

Os trabalhadores em educação do estado de Santa Catarina vivem em 2011 um processo de retomada de franco enfrentamento com as elites do estado.

Apesar de ser um governo genuinamente neoliberal, eleito com larga vantagem em primeiro turno e com ampla maioria na Assembléia Legislativa, o magistério catarinense entrou em um forte processo de mobilização, sustentando uma das maiores greves da categoria por mais de 60 dias. Ao final, a greve não foi encerrada, apenas se estabeleceu uma trégua por 180 dias, indicando novas batalhas vindouras.

O mais importante nesse processo é que a categoria voltou a acreditar no potencial da luta, e saiu da greve com disposição pra seguir lutando.

Isto não se deu por acaso. É que agora na coordenação do Sindicato está um grupo cutista, formado por integrantes da AE e outras correntes. Isto depois de um mandato marcado pelas inabilidades políticas do grupo do CONLUTAS, que estava à frente da diretoria do sindicato, quando o discurso era "fora governo", em uma conjuntura de altos índices de aprovação da população, levando o SINTE a não conseguir sequer uma audiência com o governo por muito tempo.

Apesar de enfrentar um governo genuinamente neoliberal, eleito com larga vantagem em primeiro turno e com ampla maioria na Assembléia Legislativa, o magistério catarinense entrou em um forte processo de mobilização, sustentando uma das maiores greves da categoria por mais de 60 dias.

A perspectiva assumida pela nova diretoria, empossada em julho de 2010, é de estabelecer uma relação de respeito institucional entre governo e sindicato, pois é com o governo que temos de negociar os avanços para a categoria. Isso fez com que a categoria recobrasse a esperança, e foi assim que fizemos uma assembléia com mais de oito mil trabalhadores que decidiram entrar em greve.

Na greve tivemos várias conquistas pontuais, como: resolver o problema das progressões que haviam sido surrupiadas por um decreto do governador no apagar das luzes de 2010; o abono de faltas de greve e mobilizações desde 2007; o pagamento de todos os dias parados e o abono das faltas desta greve; e, o mais importante, a adoção do piso como vencimento inicial de carreira, repercutindo no conjunto da tabela salarial.

Neste ponto se encontra o principal impasse de nossa luta, ou seja, "em que carreira se aplicará o piso nacional do magistério", pois a primeira conquista foi acordada: "o piso nacional como vencimento inicial de carreira, de acordo com a lei do PSPN".

Ainda que não tivéssemos acordo, o governo criou uma tabela salarial provisória rebaixada para o pagamento dos salários, pois a aplicação do piso na tabela anterior

significava 100% de reajuste, o que segundo argumentos do governo não era possível. Na tabela provisória aprovada pelo governo há um incremento médio de em torno de 15% na remuneração. Esta tabela não segue a uma lógica de carreira, estabelece valores aleatórios para as várias situações.

Para buscar saída ao impasse se estabeleceu um grupo paritário entre governo e sindicato no prazo de 180 dias, para estabelecer parâmetros para um novo plano de carreira à luz do PSPN, reestruturando a tabela salarial. Além de rever a lei dos Admitidos em Caráter Temporário (ACTs), que atualmente fere vários direitos dos trabalhadores.

Neste sentido estão sendo realizados seminários/assembléias regionais, para debater as propostas a serem levadas para o governo; ao fim, possivelmente novos embates serão travados.

Não bastasse toda essa luta, o governo de Santa Catarina desde longa data vem buscando a implantação de um amplo processo de municipalização da educação. Em 2009, mandou para a Assembléia Legislativa um projeto que previa a municipalização de todo o ensino fundamental. Com a luta do sindicato articulando várias forças sociais, o projeto foi engavetado.

Em 2011 o governo inverteu a estratégia e tirou como meta estabelecer a municipalização por meio de convênios com municípios. Essa estratégia é mais difícil de combater, pois além de muitos gestores não entenderem muito bem o que significa, em um primeiro momento há um incremento de recursos aos municípios e quando os problemas começarem o atual prefeito não estará mais no cargo.

Para se opor a essa ofensiva do governo é preciso ter ações em cada município, debatendo com as câmaras de vereadores, propondo audiências públicas para esclarecer a população, pois os municípios, sendo o ente federado que menos recursos detêm da arrecadação pública, não podem assumir nove dos treze anos de estudo do ensino básico, e o governo do estado apenas quatro. As dificuldades são muitas, mas o problema já está em pauta na mídia regional e se o governo pensou que faria tudo na calada da noite, o plano não está dando certo.

Se compararmos o governo Colombo a um jogo de futebol, estamos nos primeiros quinze minutos de partida. Pelo volume de jogo será um partidão, esperamos que os vencedores deste jogo sejam os trabalhadores em educação e que o resultado da partida seja uma melhor educação pública em Santa Catarina. ★

***Aldoir Kraemer** é diretor do SINTE e militante da AE-SC

Aeroportuários contra a privatização

*Expedito Solaney**

Por que a presidenta Dilma quer privatizar os três pricipais e mais rentáveis aeroportos do país? Por incompetência em gerir uma estrutura do Estado, fundamental na defesa e soberania nacional como são os aeroportos? Ou será que o governo está arrastando asa para o neoliberalismo? Ou será o temor de que os aeroportos não estejam em condições para a Copa e Olimpíadas?

A decisão de privatizar coincide com atitudes anti-greve por parte do governo, que não negocia com trabalhadores em greve, faz contingenciamento orçamentário e onde ministros falam de reajuste zero para o funcionalismo, superávit primário, chamam os trabalhadores de egoístas e dizem que reajuste do salário gera inflação.

Tem quem acredite que a iniciativa privada é quem tem competência e know-how no serviço de controle do espaço e tráfego aéreo, na manutenção das pistas e funcionamento de um aeroporto.

O histórico diz justamente o contrário: 85% dos aeroportos do mundo são totalmente controlados e geridos pelo Estado, os outros 15% estão geralmente em países com pequeno tráfego aéreo.

Num país de dimensão continental, este meio de transporte é fundamental e estratégico, além de ajudar na soberania do país. Portanto, o controle e gestão são obrigação do Estado.

O governo Dilma justifica a privatização dos aeroportos dizendo que isso não é função essencial do Estado, que esses bilhões de reais destinados à reforma e ampliação dos aeroportos para receber os turistas da copa e olimpíadas devem ser dirigidos para setores essenciais, como educação e saúde, entre outros. Isso os tucanos já diziam, não cola mais, pois já conhecemos a tragédia final: perda do patrimônio público, da soberania, aumento abusivo de tarifas e péssimos serviços prestados à população.

Não é admissível que um governo eleito com o apoio dos trabalhadores, do povo, com um programa que dizia o contrário, agora queira privatizar a Infraero e logo os três principais e mais rentáveis aeroportos do país, além de demitir trabalhadores.

Dos acidentes com transporte no mundo, apenas 2% acontecem no transporte aéreo; destes, 97% ocorrem em terra, na decolagem ou na aterrissagem; os outros 3% ocorrem durante o vôo.

O exemplo da iniciativa privada na gestão e prestação de serviços das empresas estatais privatizadas nos governos neoliberais de Collor e FHC só indicam o pior para o setor aéreo. Não bastam as explosões quase cotidianas dos bueiros nas ruas do Rio de Janeiro, depois que a Light foi privatizada? A Light não tem investido em tecnologia, em manutenção, ao contrário e ainda faltam trabalhadores qualificados.

Vide também os seguidos apagões no setor elétrico e de telefonia, a condenável manutenção da rede de gás no Rio, que estão causando prejuízos, acidentes e até morte de pessoas e usuários.

Com a privatização do setor aéreo não vai ser diferente: o capital privado tem no lucro o objetivo fim, não a prestação de um serviço de qualidade. O investimento é mínimo na manutenção e na qualificação dos trabalhadores, além da terceirização. Neste sentido, não temos dúvida: a culpa vai recair no governo Dilma e no PT, se realmente forem entregues, para a iniciativa privada, o controle e manutenção das pistas e dos aeroportos brasileiros. Além do risco de acidente aéreo, vai ter aumento de tarifas, o aeroporto que hoje vem sendo cada vez mais usado pelo povo, pelos trabalhadores, cada vez mais popular, corre o rico de voltar a atender apenas uma parcela da sociedade.

Estive na deflagração desta histórica greve no aeroporto de Guarulhos, acompanhamos as assembléias dos aeroportos de Viracopos em Campinas (SP) e JK em Brasília. A greve foi um alerta para a sociedade. Está de parabéns o Sindicato Nacional dos Aeroportuários (SINA), que soube dialogar, informar o significado da privatização neste setor, lembrando do ocorrido nas privatizações promovidas por Collor e FHC no Brasil, falando do modelo de Estado que defendemos.

Do outro lado, o que vimos foi uma resposta raivosa: "o governo não se curva a uma greve ideológica". O governo diz que manterá os planos de entregar à iniciativa privada a exploração dos três aeroportos. O tempo vai dizer quem tem ou não razão, de uma coisa tenho certeza, a greve não foi para ampliar o tempo de estabilidade dos trabalhadores, como o governo quis passar para mídia. A CUT, juntamente com o SINA, estamos firmes, vamos primeiro lutar para tirar da pauta os leilões, depois, sentar e mostrar ao governo que o Estado tem competência, tem dinheiro para financiar as reformas e ampliação dos aeroportos e, sobretudo, gente com qualificação para gerir esse patrimônio que faz parte da soberania do nosso Brasil.★

***Expedito Solaney** é Secretário Nacional de Políticas Sociais da CUT

Um grave erro na fronteira

Ao longo de 31 anos, o PT tornou-se o principal partido da esquerda brasileira e referência mundial; conquistou espaço no parlamento e no executivo, inclusive a presidência da República; as alianças tático-eleitorais foram aumentando e coalizões pragmáticas formaram-se por todo o país; as instâncias partidárias perderam espaços para os mandatos legislativos e executivos, os quais vários de nós chamamos de centros autônomos de poder. Em vários lugares, o vale tudo para conquistá-los é desalentador.

No Mato Grosso do Sul não é diferente. De um partido que cresceu paulatinamente, sempre lançando candidatos próprios em todas as eleições desde 1982, chegamos ao século XXI fazendo amplas alianças e abrindo mão de candidaturas petistas em vários municípios.

O resultado é que, embora tenhamos governado o estado por dois mandatos, nossa representação institucional nos municípios diminuiu.

Neste contexto é que ocorreram os fatos citados no recurso que a Articulação de Esquerda e parte do Movimento PT fizeram às instâncias superiores.

"Ponta Porã é o 5º município de MS em população, está localizado na fronteira com o Paraguai, sendo o 2º ponto brasileiro mais importante de comércio fronteiriço com o país vizinho, possui uma grande quantidade de assentamentos rurais (mais de 3300 famílias assentadas), inclusive um dos maiores do país, o Assentamento Itamarati, está sediando a instalação de importantes iniciativas federais como a base aeropolicial da Força Nacional de Segurança Pública e uma unidade do IFMS".

"O PT já foi uma força política relevante de Ponta Porã, pois administrou o município de 2001 a 2004 e chegou a ter uma bancada de 03 vereadores. Entretanto, erros políticos na condução do Partido levaram a um quase aniquilamento institucional (hoje o PT não possui nenhum vereador). Em sintonia com a orientação política prevalecente no PT-MS em 2008 a direção municipal construiu uma aliança com o PSDB (que havia nos derrotado em 2004) lançando apenas parte da chapa proporcional. O resultado foi uma derrota política e eleitoral, fomos respaldados por apenas 8% do eleitorado e não elegemos nenhum vereador".

"O entendimento que a atual administração atua como adversária do nosso projeto nacional e que a aliança com os demo-tucanos levou-nos à derrota criou as condições para a construção de um acordo entre as diferentes forças internas do PT no PED de 2009. Fruto dessa mudança foi alterada a linha política, o PT deixou o governo municipal e se rearticulou enquanto força política alternativa para uma base social bastante identificada conosco".

"Essa alteração na linha política já se refletiu nas eleições de 2010, quando o candidato a governador pelo PT obteve 43% dos votos em Ponta Porã e a Presidenta Dilma obteve metade dos votos pontaporanenses no 1º Turno. E agora, em 2011, o PT está construindo candidatura própria para disputa de 2012, sendo que pesquisas demonstram que o Partido é o preferido de 45% dos eleitores (acima da média nacional) e quadros partidários estão bem posicionados em tais pesquisas permitindo afirmar que há um cenário fortemente favorável para que uma candidatura petista seja eleita em 2012 para governar Ponta Porã pelos próximos anos. Este êxito, além de significar tempos melhores para a população do município, o colocará como importante reforço para que o PT volte a governar Mato Grosso do Sul".

"Entretanto, as mesmas forças políticas que levaram o PT de Ponta Porã à desastrosa aliança com os demo-tucanos se movimentam para impedir que o Partido se consolide de maneira autônoma. Recentemente estes setores consultaram os demais sobre a proposta de filiação no PT da Sra. Sudalene Rodrigues Machado, proveniente do PPS e ligada politicamente ao grupo do atual prefeito tucano (Flávio Kayatt) e assessora do Deputado Federal Edson Giroto, braço direito do governador Puccinelli, grupo que rivaliza com o PT em MS (e fez a campanha de José Serra). Foram alertados os demais que esse seria um gesto equivocado, um sinal de nova mudança na linha política que rompia com o acordo que está reconstruindo o PT e que tal filiação nada acrescenta ao projeto local, pelo contrário. Mesmo com essas considerações a ficha foi apresentada à Comissão Executiva Municipal e aprovada por 5 votos contra 4".

"Os resultados desse movimento político já começam a ser sentidos. Vários militantes já apresentaram à Direção Municipal seus pedidos de desfiliação em protesto à aprovação desta filiação, dentre eles está a vice-presidente regional da Federação dos Trabalhadores em Educação de MS (Fetems). A presidência do PT local informa que está tentando demover novas desfiliações".

"O impasse na [filiação da sra. Sudalene] resultou em ameaça velada de morte ao presidente municipal do PT, através de artigo de jornal eletrônico".

"Com base no Art. 6º, inciso 3º do Estatuto do Partido dos Trabalhadores, apresentamos este recurso solicitando a impugnação da filiação da Sra. Sudalene Rodrigues Machado".

#2ConJPT: A hora da Juventude

*Bruno Elias**

A realização do 2º Congresso da JPT, entre os dias 12 e 15 de novembro, deve apontar caminhos para uma nova organização de juventude e um programa que dispute corações e mentes da juventude brasileira.

Será também um momento de debate sobre a renovação geracional do Partido dos Trabalhadores e o desafio de manter atual o seu projeto político entre as novas gerações.

Alcançando mais de 1500 municípios em todos os estados do país, a mobilização congressual indicou que há espaço para o enraizamento e municipalização de uma organização militante e de massas dos jovens petistas.

No entanto, os limites político-organizativos ainda presentes na JPT também ficaram evidentes durante o Congresso. Em muitos momentos, o processo misturou os mesmos vícios existentes no PED ou nos congressos estudantis.

Apontar métodos que reforcem o caráter democrático e militante da Juventude do PT será fundamental no próximo período, em que a JPT coordenará a campanha municipal de juventude em 2012 e deve criar as condições políticas e organizativas para ampliar a sua presença nas lutas da juventude.

Plataforma política

No mundo todo, os jovens se levantam contra as imposições do modelo político e econômico dominante. Ocupando Wall Street ou as ruas contra os bancos ou os ditadores de plantão, os jovens se mobilizam para não pagar a conta da crise capitalista que a classe dominante insiste em impor aos trabalhadores.

A Juventude do PT deve se somar às mobilizações e articulações anticapitalistas em sua atuação internacional. A reorganização do coletivo nacional de relações internacionais da Juventude do PT deve colaborar na integração política do PT com os movimentos juvenis e partidos de esquerda e progressistas de todo o mundo - notadamente da América Latina e do Foro de São Paulo.

No Brasil e na América Latina, as lutas da juventude devem aproveitar o momento de desenvolvimento progressista da região para consolidar conquistas e principalmente, aprofundar o caráter estrutural das mudanças em curso.

A juventude do PT não deve se limitar a defesa incondicional aos governos ou mandatos partidários. Sua tarefa de solidariedade e apoio deve ser dada disputando à esquerda os rumos dos governos, com luta ideológica e popular e em sintonia com a estratégia socialista do partido.

Uma plataforma política da Juventude do PT deve considerar o atual bônus demográfico da população juvenil no continente e a importância da maior geração de jovens da história do país na disputa de um desenvolvimento de tipo democrático e popular.

Tal plataforma deve aprofundar a democratização da sociedade, a partir de uma reforma política e do marco regulatório da comunicação e alterar a matriz econômica do país, viabilizando por meio de uma reforma tributária um fundo público capaz de ampliar o gasto social e a participação do trabalho na distribuição da renda e riqueza.

Para além destas bandeiras gerais, a JPT deve se engajar no fortalecimento das políticas públicas de juventude. Durante o governo Lula, uma primeira rede institucional foi criada e a marca das PPJ teve o forte elemento da inclusão social. No governo Dilma, uma nova geração de direitos e políticas públicas de juventude deve ter como princípio a emancipação dos jovens, a partir de ações que permitam trajetórias de vivência, experimentação, autonomia e liberdade aos jovens.

Além disso, uma nova abordagem programática da articulação entre o mundo do trabalho e a educação para os jovens também se faz necessária. O desafio passa a ser o de combinar a criação de postos de trabalho não precarizados para a juventude com o financiamento de programas que integrem políticas de transferência de renda, elevação continuada e qualitativa da escolaridade, tempo livre, formação científica e tecnológica e mobilização em serviços comunitários.

A política educacional, por sua vez, deve dar um salto de qualidade. Além da ampliação do acesso à todas as modalidades de ensino e a erradicação do analfabetismo, será preciso empreender uma reestruturação profunda do Ensino Médio em sua articulação com os distintos campos do saber e iniciação científica, na integração com o ensino técnico e profissional e nos seus instrumentos de ensino-aprendizagem, gestão democrática e política pedagógica.

Disputar o projeto político do PT entre os jovens, exigirá da JPT uma ampliação do seu esforço de auto-organização e reconhecimento partidário. Para tanto, precisaremos reforçar a autonomia e o caráter democrático e militante da nossa juventude. Afinal de contas, "na falta de céu, ninguém voa".

A superação da condição setorial da Juventude do PT, formalizada pelo 4º Congresso do PT, deve ser tirada do papel pelos próprios jovens do partido. Tal autonomia não deve ser compreendida como independência ou separação do partido, mas como condição indispensável da juventude dispor de sua organização e capacidade de incidir nas pautas e lutas da juventude.

Uma nova Juventude do PT

Neste 2º Congresso da JPT, aprovaremos um regimento interno da nova organização da juventude petista. O fato do 4º Congresso do PT não ter aprovado a vinculação de 5% do fundo partidário ao trabalho de juventude limitou a capacidade de exercício de tal auto-organização, mas poderá ser novamente debatido pelos delegados/as do Congresso da Juventude do PT.

Do ponto de vista organizativo, a próxima gestão da juventude do PT terá grandes tarefas. A ação municipal deve ser uma das prioridades, sobretudo numa gestão que coordenará a mobilização dos jovens petistas nas eleições municipais de 2012 e deve consolidar seu novo modelo organizativo desde a base.

Uma proposta a ser debatida é a realização de um primeiro Encontro Nacional/Estaduais de Secretarias Municipais da Juventude do PT, no primeiro semestre de 2012, para planejar a intervenção da JPT nos próximos dois anos e convocar uma 2ª Caravana Nacional/Estaduais da JPT, a percorrer os estados de todo o país, debatendo o programa da JPT para as eleições com os movimentos juvenis e com as candidaturas da Juventude do PT

Outra importante frente de atuação é a dos movimentos juvenis. A JPT deve construir um trabalho setorial nas mais diversas frentes de atuação e participação da juventude. Estes setoriais devem ser espaços mais livres e flexíveis de atuação dos jovens petistas, aglutinando simpatizantes e militantes do movimento juvenil, a exemplo da JN13, coletivos de jovens feministas, de diversidade sexual, meio ambiente, cultural, estudantil, entre outros.

Dar conta destas tarefas exigirá um esforço de articulação da rede da Juventude do PT, envolvendo formação política, comunicação e mobilização. A organização desta rede é condição inicial para construir uma JPT que dispute a juventude que está fora do partido ou não se sente representado pela participação partidária tradicional. Um passo necessário para campanhas públicas e enraizadas nas novas direções municipais, estaduais e nacional eleitas no 2º Congresso da Juventude do PT. ★

***Bruno Elias** é dirigente nacional da juventude petista

A PEC que a juventude quer

*Rodrigo César**

Tramita no Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria do Deputado Federal Vicente Cândido (PT-SP). O projeto visa "estabelecer idade mínima para elegibilidade, ingresso nas carreiras, provimento nos cargos ali referidos, além de modificar condições de composição dos Tribunais". Trata-se, portanto, de aumentar a idade mínima para ingresso nas carreiras da magistratura e do Ministério Público, bem como para os cargos de Presidente, Vice-presidente da República, Senador, Governador e Vice-governador.

Caso a proposta seja aprovada, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho, o Procurador Geral da República (chefe do Ministério Público da União) e o Advogado-Geral da União, bem como os integrantes do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, só poderão ser nomeados pelo respectivo chefe do poder executivo se forem maiores de quarenta anos de idade. Atualmente, a idade mínima é de trinta e cinco anos.

No caso dos cargos eletivos, somente maiores de quarenta anos poderiam ocupar cadeiras no Senado, bem como a Presidência e a Vice-presidência da República. Atualmente, o limite mínimo é de trinta e cinco anos. Já Governadores e Vice-governadores, que atualmente podem assumir com trinta anos completos, deverão ter mais de trinta e cinco.

Segundo a justificativa da proposta, a Reforma do Judiciário (Emenda Constitucional nº 45, de 2004) aperfeiçoou o mecanismo de ingresso nas carreiras da magistratura e do ministério Público ao exigir tempo mínimo de atividade jurídica, mas "deixou, contudo, de tratar da questão da idade mínima para ingresso nas carreiras". Já a "PEC nº 358, de 2005, (...) que contém a segunda parte da referida Reforma, também não trata da matéria".

Para Vicente Cândido e demais apoiadores da proposta no Congresso, portanto, a questão etária é definidora na "escolha de profissionais experientes para o desempenho de funções essenciais à Justiça". A idade, afinal, seria critério para selecionar "os mais qualificados e com vivência dos problemas jurídicos e judiciais, ao longo de anos de experiência".

A elevação do limite etário para elegibilidade, por sua vez, visaria "estabelecer uma certa simetria com o que se propõe aqui para o Judiciário e o Ministério Público". Seria este raciocínio um indício de que se concebe a ocupação de cargos eletivos como etapas de uma carreira profissionalizada?

Especulações à parte, reflitamos sobre o verdadeiro conteúdo da PEC de Cândido.

De fato, experiência vem com vivência. O contato prático e direto com uma dada realidade permite aos sujeitos apreender empiricamente processos técnicos, políticos, ideológicos e históricos de um ângulo peculiar que nem a melhor capacidade de abstração e aprendizado teórico é capaz de proporcionar.

Mas a idade, por si mesma, não garante a vivência em um campo de atividades específicas e, consequentemente, não é atestado da experiência de um sujeito em nenhuma matéria em particular. Ou seja, tempo de vida não é sinônimo de tempo de experiência ou prática profissional. Se for maior a possibilidade de uma pessoa mais velha estar melhor preparada que uma pessoa mais nova para o exercício de uma dada atividade, isso não passa de possibilidade. Não é uma necessidade.

A qualificação para o exercício de atividades decisórias importantes no poder Judiciário e Executivo não advém, portanto, da faixa etária do postulante, mas dos atributos concernentes àquela atividade particular. Se a experiência é fundamental no exercício de cargos específicos, é preciso limitar os critérios de escolha ao mérito e à qualificação profissional, não se estendendo à questão etária.

Logo percebe-se que esta PEC é sustentada tão somente pelo preconceito geracional, que segue colocando os jovens como sujeitos incapazes e desqualificados e reproduzindo a opressão de uma geração sobre a seguinte, incessante e indefinidamente.

Em um momento ímpar na história do país, no qual o enorme contingente populacional jovem exige novas formas de socialização dos jovens na vida pública para promover uma transição geracional na direção das instituições e instâncias decisórias da sociedade brasileira, Vicente Candido segue na contramão do próprio Partido, que cada vez mais reconhece e promove o potencial dirigente dos jovens.

É tarefa da Juventude do PT se manifestar contra a aprovação da PEC, exigindo que a bancada petista no Congresso Nacional não a apoie. Ademais, cabe à Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal articular uma ampla frente em oposição a esta PEC e a favor da formulação de uma contra-proposta que estipule justamente o oposto: reduzir a idade mínima para elegibilidade, ingresso nas carreiras do magistério e provimento nos cargos do judiciário.

Esta é a PEC que a juventude quer!★

***Rodrigo Cesar** é militante do PT de Guarulhos e candidato a secretário estadual da JPT-SP

O papel estratégico da juventude

*Ana Affonso**

No Brasil vive a maior geração de jovens de sua história: aproximadamente 50 milhões de brasileiros, com idade entre 15 e 29 anos. Devemos tratar essa geração como ponto importante em nossa estratégia de modelo econômico alternativo. Em um período em que o país experimenta um forte desenvolvimento econômico, a questão da juventude -- envolvendo a educação de qualidade, a inserção ocupacional, a qualidade de vida através de moradia digna, acesso à equipamentos culturais, esportivos e de lazer -- deve ser compreendida como uma questão estratégica de desenvolvimento do país e não apenas como uma questão setorial.

Nos Governos Lula e Dilma avançamos com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do ProJovem, do ProUni, do Reuni, do Pronatec e ampliamos as universidades federais, criamos o Fundeb, aprovamos a reserva de 50% das vagas nas IFES para estudantes de escola pública e vários outros projetos que marcam uma mudança em relação aos governos anteriores. Também foi criado o Conselho Nacional de Juventude, composto por entidades, movimentos juvenis e os ministérios do governo.

Destacamos ainda a realização da I Conferência Nacional de Juventude, um espaço de participação da diversidade, que mobilizou amplas parcelas dos jovens brasileiros e que neste ano terá sua segunda edição. No marco legal, o Congresso brasileiro já aprovou a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) para reconhecer na Constituição Federal a especificidade da juventude. Além do debate em torno do Plano Nacional de Juventude, para garantir recursos orçamentários para os próximos 10 anos, e o Estatuto da Juventude para consolidar políticas de Estado.

Para avançar ainda, defendemos no governo Dilma a criação de um ministério de juventude, como também no governo gaúcho a implementação de uma secretaria estadual de juventude. A II Conferência Nacional de Juventude deve reafirmar a necessidade de ampliarmos a relação com a juventude brasileira.

Na disputa de hegemonia na sociedade, no atual período da história do país, do PT e da esquerda socialista, é preciso redobrar nossa capacidade de estabelecer vínculos políticos e ideológicos com as novas gerações, através dos movimentos sociais, do partido, dos governos e mandatos parlamentares, disputando esta geração para as idéias e práticas vinculadas à luta e construção do socialismo.★

***Ana Affonso** é deputada estadual e vice-presidenta do PT/RS

Transformação social e juventude

*Dionilso Marcon**

Estamos em um momento de muita mobilização das juventudes em todo mundo, com os indignados na Europa e com a revolta e mobilizações dos estudantes chilenos que lutam por uma educação de qualidade.

No Brasil a juventude tem participado das principais lutas nos últimos 40 anos: a resistência à ditadura, as mobilizações sindicais e o fora Collor, ajudando também a criar os instrumentos organizativos da classe nesse período, como o PT, a CUT e o MST.

Hoje estamos em um momento novo para a luta e organização das juventudes no nosso país e o tema da educação segue como um dos temas principais. Apesar de o governo ter avançado na educação superior, interiorizando universidade, abrindo mais vagas, ainda temos uma dívida muito grande com a educação básica, fundamental e média e isso fica mais crítico quando pegamos a realidade do campo.

Nos últimos 10 anos, mais de 24 mil escolas foram fechadas, privando milhares de jovens camponeses do acesso a escola, jovens esses que já são castigados e afetados pelo agronegócio que os expulsam das terras para plantar mono cultivos, transformando Brasil no maior consumidor de agrotóxico do mundo e isso tem reflexos diretos na vida desses jovens camponeses.

Esses são exemplos de que a formação e organização da juventude são necessárias, para que possamos seguir cobrando os governos por políticas públicas que ajudem a melhorar a vida dos/as jovens nesse momento, como políticas de geração de emprego e renda que garantam a sua autonomia e ainda políticas de cultura, comunicação, como acesso a internet banda larga no campo e na cidade.

A luta por políticas públicas é importante. Mas também temos que aproveitar a atual conjuntura internacional, onde a juventude é um grande motor das lutas e mobilizações que contestam o capital e o sistema capitalista, para construir no nosso país lutas que enfrentem o capitalismo em direção a construção de um novo mundo socialista, solidário e sem qualquer tipo de opressões. Temos que cada vez mais construir a unidade entre campo e cidade para que essas lutas tenham uma efetividade maior. Nossas formas organizativas têm que dar conta dessas duas tarefas principais, melhorar a vida dos/as na atual conjuntura, mas também da luta pelo Socialismo, como foi em muitos momentos da historia das lutas dos trabalhadores. Esses são os desafios colocados para a juventude nesse atual momento.★

*__Dionilso Marcon__ é deputado estadual (PT-RS)

A esperança é vermelha. E jovem!

*Ana Rita**

No Brasil, a violência tem cor e classe social. A maioria das vítimas é jovem, negra, pobre e com poucos anos de estudo.

Estatísticas do Ministério da Justiça revelam que as mortes violentas entre jovens brasileiros saltaram 76% entre 1980 e 2008. Segundo dados do Mapa da Violência 2011, em 1980 a taxa de mortes violentas de jovens era de 30 para cada grupo de 100 mil habitantes. Em 2008, esse número chegou a 52,9 por 100 mil habitantes.

O Espírito Santo é o segundo estado com a maior taxa de homicídios entre a juventude. Números do Núcleo de Estudos de Violência (Nevi) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), mostram que desde 2003, 10 mil vidas de jovens negros foram descartadas da sociedade capixaba. Em 2009, havia seis vezes mais jovens em medida socioeducativa do que em 2003 no estado.

O combate ao aumento de mortes violentas entre os jovens e em especial, o enfrentamento ao extermínio da juventude negra, se faz urgente.

Neste sentido é que diversas entidades juvenis do Espírito Santo e a Pastoral da Juventude da Igreja Católica tem reforçado as ações da Campanha de Combate a Violência e Extermínio de Jovens no Estado. Entre elas, a grande caminhada do dia 30 de outubro, na Praça do Papa, em Vitória.

Ações como as da campanha de Combate a Violência e Extermínio de Jovens são de fundamental importância. A JPT pode colaborar sobremaneira para ajudar o Brasil a superar as tristes estatísticas da violência contra nossa juventude.

A JPT, além da superação dos problemas políticos e organizativos vividos pelo Partido atualmente, é fundamental para ajudar o PT, o nosso Governo e o País, a elaborar, desenvolver e colocar em prática políticas públicas que ofereçam mais oportunidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, no ensino médio, nas universidades públicas, na proteção social básica, entre tantas outras áreas, além de acesso a cultura, lazer e esporte.

Como disse nosso candidato à Secretaria Nacional de Juventude, Bruno Elias, em seu artigo Uma nova política de uma nova geração, o Brasil vive, hoje, um momento desafiador: palco de grandes conquistas sociais, possui a maior geração de jovens de sua história, cerca de 50 milhões de brasileiros, com idade entre 15 e 29 anos, ávidos por políticas públicas de inserção social. ★

*__Ana Rita__ é senadora (PT-ES)

É preciso lutar pela vida

*Cláudio Vereza**

Milhares de pessoas foram às ruas de Vitória (ES), no dia 30 de outubro, na Marcha Contra o Extermínio de Nossos Jovens, principalmente de pobres e negros. Detemos o triste título de vice-campeão em morte de jovens. Mais do que em outras épocas, nossos jovens estão tendo suas vidas interrompidas bruscamente pela violência - homicídios, acidentes de trânsito e suicídios. Muitos não morrem, mas perdem o vigor da juventude no consumo de drogas.

Os homicídios foram responsáveis por 39,7% das mortes de jovens, em uma população de 34 milhões com idade entre 15 e 24 anos. Entre os “meninos negros”, os homicídios aumentaram de 26.915 para 32.349, um crescimento de 20,2%. São números do estudo “Mapa da Violência 2011” (98-2008), do Instituto Sangari, encomendado pelo Ministério da Justiça.

Precisamos desenvolver e implementar políticas públicas para salvar a vida dos nossos jovens, que levem em conta o seu protagonismo como partícipes de suas trajetórias. A Política Nacional de Juventude, criada em 2005, foi o primeiro passo, seguido pela criação da secretaria, do conselho e de programas que dialogam com as especificidades da Juventude.

O Espírito Santo tem uma tarefa desafiadora, por ser o segundo Estado no país onde mais morrem jovens. Em dez anos (98-2008) perdemos pela violência 9.081 jovens capixabas. Diante deste desafio, em 2007 aprovamos a Política Estadual de Juventude (PEJ) e seu conselho, através da Lei n° 8.594, baseada no Plano Nacional da Juventude. Urgente é regulamentá-la e implementá-la sem visões estereotipadas de uma “juventude problema”, o que cria bloqueios para os avanços que se fazem necessário. Compreender o aspecto da diversidade, característica própria desse segmento é condição fundamental para pensá-lo e alcançá-lo em políticas nacionais, estaduais e municipais. De fato, trata-se de um esforço diário.

Os jovens se organizam e multiplicam experiências adquiridas em ações locais pela promoção e inclusão no mercado e pelo acesso a atividades culturais e esportivas. Sejam redes de cultura jovem, centros de referência e ações comunitários essas ações são basilares nesse processo, pois consideram o jovem como pessoa humana, capaz de superar esquemas impostos pela estrutura e que só conduzem ao esvaziamento do ser e ao óbito do cidadão.

*__Cláudio Vereza__ é deputado estadual (PT-ES)

8ª Jornada de Formação Política da AE Janeiro de 2012 – Esteio/RS

*Licio Lobo**

A 8ª Jornada Nacional de Formação Política da AE será realizada no Instituto Saúde e Educação Vida, localizado cidade de Esteio/RS, na região metropolitana de Porto Alegre, no período de 14 a 22 de janeiro de 2012.

Trata-se de mais um importante momento de estudo, debate e reflexão politica que a Articulação de Esquerda vem realizando de forma regular através da sua Escola de Quadros.

No esforço coletivo para qualificar e massificar nossa ação politica, o trabalho de formação assume um papel da maior importância. Nesta 8ª jornada, nosso objetivo é dar um passo adiante na organicidade e capilaridade deste trabalho, com a ampliação do número de participantes e com a intensificação da preparação prévia da jornada.

Para atingirmos este intento de viabilizar uma preparação prévia e para honrar compromissos assumidos com o local em que será realizada a jornada, é da máxima importância que seja realizado um esforço para que o máximo de inscrições sejam antecipadas, com a realização dos depósitos da taxa de inscrição até o dia 30/11/2011.

Assim, desde já é importante que todas e todos militantes, em especial as direções municipais e estaduais da tendência, se empenhem para o êxito da jornada, atentando para as seguintes orientações:

- As inscrições deverão ser efetuadas no sítio do Página 13 (www.pagina13.org.br)

- O valor da taxa de inscrição é de R$ 300,00, inclusos hospedagem e alimentação (café da manhã, almoço, jantar) durante todos os dias da jornada, solicitamos que sempre que possível, o depósito seja efetuado até o dia 30/11/2011 (ver orientações no sitio do Página 13).

- No ato da inscrição, os participante deverão fazer a opção por um dos 4 cursos que serão oferecidos (ver quadro).

Todos à 8ª jornada de formação, seguir em frente na construção da AE, na luta por um PT socialista, democrático e revolucionário!★

*Licio Lobo é membro da DNAE

Curso 1: Estudo das Resoluções da AE		
14/1/2012 (sab)	manhã	Recepção, abertura e apresentação dos cursos
	tarde	Resoluções da AE - Socialismo
	noite	Livre
15/1/2012 (dom)	manhã	Resoluções da AE - Estratégia
	tarde	Resoluções da AE - Bloco Histórico
	noite	Livre
16/1/2012 (seg)	manhã	As mulheres e a luta pelo socialismo
	tarde	A juventude a e a luta pelo socialismo
	noite	Livre
17/1/2012 (ter)	manhã	História da Luta pelo Socialismo, o periodo de 1848 a 1917
	tarde	História da Luta pelo Socialismo, a Revolução Russa
	noite	História da Luta pelo Socialismo, a Revolução Chinesa
18/1/2012 (qua)	manhã	História da Luta pelo Socialismo, a Revolução Cubana e as guerrilhas na América Latina
	tarde	História da Luta pelo Socialismo, a Unidade Popular no Chile
	noite	História da Luta pelo Socialismo, o momento atual, neoliberalismo e imperialismo.
19/1/2012 (qui)	manhã	História do Brasil - 1500/1930
	tarde	História do Brasil - 1930/1964
	noite	Livre
20/1/2012 (sex)	manhã	História do Brasil - 1964/1980
	tarde	História do PT - 1980/2010
	noite	Livre
21/1/2012 (sab)	manhã	História da AE
	tarde	História do Governo Lula e Perspectivas
	noite	Livre - confraternização
22/1/2012 (dom)	manhã	Avaliação e encerramento (10 horas)
	tarde	Saida para os estados (14 horas)

CURSO 2

LUTAS DE MASSAS E ESTRATÉGIA SOCIALISTA
As aulas deste curso são iguais as do curso 1, com uma diferença: nos dias 17 e 18 os participantes optarão por estudar os seguintes temas: mulheres, sindical, juventude, LGBT, questão agrária e combate ao racismo.
O detalhamento das aulas está disponível na www.pagina13.org.br

CURSO 3

ELEIÇÕES 2012: PLANEJAMENTO E PROPAGANDA POLÍTICA E IDEOLÓGICA
As aulas deste curso são iguais as do curso 1, com uma diferença: os dias 16, 17 e 18 são inteiramente dedicados a discutir planejamento e comunicação nas campanhas eleitorais.
O detalhamento das aulas está disponível na www.pagina13.org.br

CURSO 4

INTRODUÇÃO À LEITURA DE "O CAPITAL"
As aulas iniciais e finais deste curso são iguais as do curso 1. Mas os dias 16, 17, 18, 19 e 20 são inteiramente dedicados à leitura e estudo dirigido de "O Capital", de Karl Marx.
O detalhamento das aulas está disponível na www.pagina13.org.br